



[Handwritten signature]
Olé Carlos
Carla JF

ATA N.º 1

Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro), para ocupação de postos de trabalho da carreira Docente, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, IP.

No dia treze de abril de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu o júri do procedimento concursal em referência, nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, IP, estando presentes, o Presidente, Luís Manuel Martins Raimundo, a 1.ª Vogal efetiva, Carla Maria Carvalho Tomás Gil, e a 2.ª Vogal efetiva, Célia Marina Carvalho Tomás Lemos Carvalho, tendo como ordem de trabalhos a fixação do parâmetro de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o respetivo sistema de valoração final, a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (doravante Portaria).

Assim, no cumprimento do estipulado no n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, ao presente procedimento concursal é aplicável um único método de seleção, de avaliação curricular, a que se refere o artigo 11.º da Portaria.

Neste sentido, a avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, sendo considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais designadamente os seguintes:

- a) A habilitação académica, profissional e científica certificada pelas entidades competentes;
- b) A formação profissional, onde se ponderam as ações de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, frequentadas no último período não superior a 3 anos escolares e desde que devidamente comprovadas;
- c) A experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho (declaração de tempo de serviço).



Carla Amê
Carla JF

No que concerne à habilitação (académica/profissional/científica), este parâmetro será valorado da seguinte forma:

| | |
|------------------------------|------------|
| Sem habilitação profissional | 18 valores |
| Com habilitação profissional | 20 valores |

Relativamente à formação profissional, o júri entende considerar a relacionada com o exercício da função docente, frequentada no último período não superior a 3 anos, concretamente, nos anos escolares de 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017.

Assim, este parâmetro será valorado da seguinte forma:

| | |
|------------------------------------|------------|
| Até 25 horas | 10 valores |
| Superior a 25 horas e até 50 horas | 15 valores |
| Superior a 50 horas | 20 valores |

Quanto à experiência profissional, entende o júri considerar apenas a relacionada com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho a concurso, sendo valorada da seguinte forma:

| | |
|---------------------------------|------------|
| Até 1 ano | 12 valores |
| Superior a 1 ano e até 3 anos | 14 valores |
| Superior a 3 anos e até 6 anos | 16 valores |
| Superior a 6 anos e até 10 anos | 18 valores |
| Superior a 10 anos | 20 valores |

A avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média ponderada das classificações dos elementos a avaliar, nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Portaria, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (H \times 10\%) + (FP \times 10\%) + (EP \times 80\%)$$

Sendo que:

AC = Classificação da Avaliação Curricular

H - Habilitação (Académica/Profissional/Científica)



FP - Formação Profissional

EP - Experiência Profissional

No caso de algum documento apresentado pelos/as candidatos/as impossibilitar a avaliação de um parâmetro da avaliação curricular, ser-lhe-á atribuída a nota mínima prevista para esse parâmetro.

Para efeitos do previsto no artigo 23.º da Portaria, fica expressamente consignado nesta ata, que na presente reunião, todas as deliberações do júri foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros júris presentes.

Presidente

1.º Vogal Efetivo

2.º Vogal Efetivo